

José Cruz



Depoimento de Francenildo Costa poderá ser secreto

Nildo depõe na Corregedoria do Senado

O caseiro Francenildo Santos Costa, o Nildo, será ouvido hoje, a partir das 18h, pela Corregedoria Parlamentar. Ele deverá esclarecer suas visitas ao Senado. **Página 5**

A queda de Palocci, vista por senadores

Embora alguns parlamentares reconheçam êxito na política econômica, maioria ressalta que situação do ministro se tornou insustentável

A demissão do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, a partir da revelação do presidente da Caixa (também demitido) de que lhe repassou o extrato, obtido ilegalmente, da conta do caseiro Nildo dominou o debate em Plenário. O presidente do Senado, Renan Calheiros, espera que os juro possam cair. **Páginas 4 a 6**



Lindomar Cruz/ABr

Antonio Palocci comandou a economia brasileira durante três anos

EXPECTATIVA CERCA LEITURA, AMANHÃ, DO RELATÓRIO DA CPI DOS CORREIOS

PÁGINA 3

Sindicalistas defendem combate à sonegação fiscal

A cobrança dos débitos dos maiores devedores do INSS, incluindo os clubes de futebol e igrejas, e um firme combate à sonegação fiscal, com prisão para os grandes sonegadores, podem fazer com que o governo diminua o déficit previdenciário e passe a pagar uma remuneração digna a aposentados e pensionistas. Essa é a opinião manifestada por sindicalistas na Comissão de Assuntos Sociais. **Página 2**



José Cruz

Paulo Paim (C), com Benedito Silva (E), da Cobap; Canindé Pegado, da CGT; Paulo Zanetti, da Força Sindical; e Edson Haubert, do Mospap

Benefício para deficientes vai à Câmara

O Senado enviou à Câmara projeto de Eduardo Azeredo que amplia o pagamento de seguro-desemprego a pessoa com deficiência; também seguiu para análise dos deputados proposta de Sérgio Cabral que isenta da cobrança de taxas as contas bancárias de idosos que recebam um salário mínimo. **Página 6**



Roosevelt Pinheiro

Projeto de Simon aguarda designação de relator na Comissão de Educação

Simon propõe ensino da ética nas escolas

Projeto do senador Pedro Simon institui, nos ensinos fundamental e médio, conteúdo curricular dedicado a desenvolver os valores da ética e da cidadania. **Página 5**

Confederação Geral dos Trabalhadores defende a antecipação do reajuste anual das aposentadorias para o mês de janeiro



Representantes sindicais e senadores discutem situação dos aposentados e pensionistas

Sindicalistas cobram mais rigidez no combate à sonegação

A cobrança efetiva dos maiores devedores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), incluindo os clubes de futebol e igrejas, e um firme combate à sonegação fiscal, com prisão para os grandes fraudadores, são fórmulas eficazes para que o governo diminua o déficit previdenciário e passe a pagar remuneração digna, com ganho real a cada ano, a aposentados e pensionistas. Essa é a sugestão apresentada pelos dirigentes sindicais que participaram ontem de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O secretário-geral da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Canindé Pegado, sugeriu a criação, no âmbito da CAS, de uma subcomissão permanente para discutir a Previdência Social como um todo. Ele defendeu ainda a antecipação do reajuste anual das aposentadorias para o

mês de janeiro como forma de dar maior ganho aos assalariados.

O presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), Benedito Marcílio, entregou aos senadores Paulo Paim (PT-RS) e Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) um abaixo-assinado com mais de 700 mil assinaturas em apoio a projeto de autoria de Paim que restabelece o poder de compra dos aposentados e pensionistas (PLS 58/03). O dirigente da Cobap também defendeu o restabelecimento do Conselho Nacional de Seguridade Social.

Na audiência pública, realizada em conjunto com a Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência, que funciona no âmbito da CAS, os sindicalistas também apoiaram a expansão das farmácias populares e a necessidade de se acabar com o fator previdenciário.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Super-Receita em debate na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) promove, às 9h30, a terceira audiência pública sobre a Super-Receita, órgão que unifica as

receitas tributária e previdenciária. Entre os convidados estão o jurista e tributarista Ives Gandra e o advogado-geral da União, Álvaro Au-

gusto Ribeiro da Costa. Às 10h30, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) continua a votar destaques ao projeto orçamentário.

Gripe aviária

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) discute a gripe aviária em reunião conjunta com a Subcomis-

são de Acompanhamento e Defesa da Saúde, às 10h. Participarão representantes dos ministérios da Saúde e da Agricultura, produtores

e exportadores de frangos e o presidente da Fundação Oswaldo Cruz. Às 17h, a Comissão do Salário Mínimo faz reunião administrativa.

Pauta trancada. Senadores analisam saída de Palocci

Às 14h, o Plenário retoma a análise das nove propostas que trancam a pauta de votações. Entre elas estão medidas provisórias que liberam recursos para o Ministério dos Transportes e outros órgãos da ad-

ministração pública. Os discursos dos senadores devem repercutir a saída de Antonio Palocci do Ministério da Fazenda, substituído em decorrência da violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa.



Correios apresenta relatório final

Está marcada para amanhã, às 12h, a reunião da CPI dos Correios para a leitura do relatório final. A votação do texto pode ficar para a próxima semana em razão do debate sobre os principais pontos do rela-

tório e a lista de pessoas que devem compor os pedidos de indiciamento da comissão. Às 10h, o Conselho de Ética continua a análise da denúncia contra o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC).

CPI discute sigilo do caseiro, que comparece à Corregedoria

A CPI dos Bingos, a partir das 10h30, ouve a vice-presidenta de Tecnologia da Caixa Econômica Federal, Clarice Copetti, sobre a quebra do sigilo do caseiro Francenildo Santos Costa sem autorização judicial. Após o depoimento de Clarice deve ocorrer

a acareação entre o presidente nacional do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Paulo Okamoto, e o ex-petista Paulo de Tarso Venceslau. Às 18h, o caseiro Francenildo Santos Costa (foto) depõe na Corregedoria do Senado.



Simplex para escolas

Às 11h, a Comissão de Educação (CE) analisa projeto que trata do registro de circos no Ministério da Cultura e especifica normas de proteção aos animais circenses (PLS 397/03). Também está em discussão a inclusão de escolas de ensino médio no regime fiscal das micro e pequenas empresas, o Simplex (PLS 291/05).

Assuntos sociais

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se às 10h30. Na pauta, o projeto que proíbe a atribuição de destaques às declarações de qualidade e de características nutritivas, tanto nas embalagens quanto na publicidade de alimentos (PLS 23/06). Também em análise, a criação de juntas e do Conselho de Recursos Fiscais do Trabalho (PLS 63/02).

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151
O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed.- Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Tião Viana, João Alberto Souza, Papaléo Paes, Juvêncio da Fonseca e Paulo Paim e pela senadora Ana Júlia Carepa

Tourinho: faltam investimentos federais na Bahia

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) criticou a falta de investimentos do governo federal na Bahia e anunciou que, apesar disso, o estado está crescendo duas vezes mais que o país como um todo. O crescimento baiano, disse, também é maior que a média mundial e superior até ao do Chile, líder na América do Sul.

Tourinho manifestou preocupação com a falta de investimentos do governo em infra-estrutura no estado. Citou como exemplo o abandono das estradas, verificado em visita recente ao lado do senador César Borges (PFL-BA).

O senador elogiou o empenho do governador Paulo Souto que, segundo ele, teria investido, nos últimos anos, em infra-estrutura, em incentivos à agricultura e na atração de investimentos para a indústria. Conforme Tourinho, a Bahia só conseguiu atrair a fábrica da Ford por sua credibilidade quanto ao cumprimento de compromissos, como os incentivos fiscais prometidos aos empresários. O senador elogiou os benefícios sociais promovidos pelo governo do estado, como redução significativa do analfabetismo, melhoria da distribuição de renda e da expectativa de vida.

Tourinho também alertou para uma possível crise energética nacional. Embora tenha sido anunciada para 2009, frisou, já deve faltar energia em 2008. Ele criticou ainda a falta de recursos para o gasoduto Sudeste-Nordeste.

Em aparte, César Borges condenou a falta de investimentos nas rodovias e ferrovias para escoamento da produção e em portos e aeroportos. Disse estar preocupado com a substituição de Palocci por Guido Mantega, atualmente no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que, em suas palavras, será “pau mandado do presidente Lula”. Já Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) afirmou ter respeito por Guido Mantega, mas opinou que ele “terá de desmentir tudo que já disse sobre economia”.



Rodolpho Tourinho cita como exemplo o abandono das estradas do estado

Oposição enumera possíveis indiciados no texto final da CPI dos Correios, enquanto governistas dizem não admitir que o presidente Lula seja citado como conivente com a prática do mensalão



Relatório final de Serraglio (E) pode levar governistas a apresentar texto complementar caso não conste caixa dois do PSDB e do PFL

Indiciamentos e menção a Lula são pontos controversos do relatório

Governo e oposição ainda discutem os termos do relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, cuja apresentação foi adiada de hoje para amanhã, às 12h. As especulações da imprensa, durante o fim de semana, levaram o relator-adjunto da CPI, deputado Eduardo Paes (PSDB-RJ), a afirmar ter “confiança” de que o relator, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), vai ater-se a todos os “fatos e elementos de prova” e não atenuará os pedidos de indiciamento no documento.

– Acho que a CPI dispõe de elementos jurídicos para pedir o indiciamento de várias pessoas – afirmou.

Como exemplo de existência de provas, Paes citou o caso do ex-secretário de Comunicação e Ges-

tão Estratégica Luiz Gushiken, que, considera, pode ser indiciado por conduzir o processo de licitação dos Correios para a escolha das agências de publicidade – no qual foi vencedora a SMP&B, do empresário Marcos Valério. O relator-adjunto também defendeu o indiciamento do ex-deputado e ex-ministro José Dirceu, baseando-se em “provas testemunhais”. Paes condenou a possibilidade de a base aliada apresentar hoje um relatório paralelo.

– Isso mostra que já existe um julgamento pré-concebido da base aliada sem ter visto o relatório de Osmar Serraglio – opinou.

Já o deputado Maurício Rands (PT-PE), também relator-adjunto, explicou que os governistas apresentarão um texto complementar, para ser votado posteriormente,

caso não conste do relatório de Serraglio que a prática de caixa dois pela triangulação bancos/Marcos Valério/campanhas políticas de partidos começou em 1998, com o PSDB e o PFL, em Minas Gerais. Também adiantou que não será admitida a insinuação de que o presidente Lula foi conivente com a prática do mensalão.

– Se estiver no texto que ele foi informado por Roberto Jefferson e que mandou apurar, tudo bem. Agora, coisa diferente é tirar proveito disso por razões eleitoreiras e insinuar que ele foi conivente – afirmou.

Rands disse ainda que os governistas vão “aguardar” como serão os pedidos de indiciamento:

– Queremos tudo com fundamentação e provas – assinalou.

“Não há prova para esse tipo de ilação”, diz Ideli

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC), líder do PT no Senado, declarou, ontem, que os representantes da base governista na CPI dos Correios não irão admitir que se afirme, no relatório final da comissão, que será lido amanhã, que o presidente Lula foi conivente com o suposto esquema de compra de votos de parlamentares, investigado nos quase dez meses de funcionamento do colegiado.

A menção ao presidente Lula no documento deve ser um dos pontos de maior tensão na discussão que se inicia amanhã e

que tem que ser encerrada antes do dia 10 de abril, prazo para a conclusão dos trabalhos. Em janeiro deste ano, o relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), disse, pela primeira vez, que pretendia citar o presidente da República. A citação do presidente se deveria ao fato de o ex-deputado Roberto Jefferson (PTB), que denunciou o chamado mensalão, ter dito que Lula sabia da existência do pagamento de propina para garantir apoio em votações e teria estado, dessa forma, “muito próximo da negligên-

cia” em relação às denúncias.

– Não há provas para esse tipo de ilação. O presidente chamou os responsáveis e pediu providências, mas não se deu ao caso o encaminhamento adequado – disse Ideli, ao informar ainda que o governo não trabalha com o chamado “relatório paralelo”, mas que os parlamentares estão prontos a questionar qualquer informação com a qual não concordem.

– Não temos nada configurado, mas vamos pedir vistas, não há dúvida – garantiu ela.

Ana Júlia quer dados sobre serviços da Ernst & Young à CPI

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) informou ontem que deu entrada a requerimento solicitando à empresa norte-americana Ernst & Young Auditores Independentes, contratada pelo Senado com o objetivo de assessorar a Sub-Relatoria dos Fundos de Pensão da CPI dos Correios, que seus relatórios sejam apresentados aos membros da comissão. No requerimento, a senadora também pede informações sobre as datas e valores das parcelas já pagas para a Ernst & Young.

– Não estou questionando o relatório. Mas, às vésperas da apresentação do relatório final da CPI dos Correios, não foi dado conhecimento à totalidade de seus membros, até a presente data, sobre os serviços que estão sendo prestados pela Ernst & Young – disse a parlamentar.

Para assinalar a importância da participação da empresa, a senadora relatou que o parágrafo primeiro da cláusula terceira do contrato com a Ernst & Young fixa que a CPI não deverá basear-se em relatórios verbais (que não sejam confirmados pela contratada por escrito) ou relatório por escrito em forma de minuta.

Ana Júlia esclareceu que só decidiu apresentar o requerimento depois de haver solicitado, sem êxito, as informações ao presidente da CPI, senador Delcídio Amaral (PT-MS), e ao sub-relator deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA).

A líder Ideli Salvatti (PT-SC) apoiou sua colega de partido e ressaltou que por ocasião da apresentação do segundo relatório preliminar dos Fundos de Pensão, de autoria do deputado ACM Neto, havia teses muito frágeis.

– Não sabíamos se a Ernst & Young, que receberá R\$ 5 milhões, havia contribuído naquele relatório – disse.

Ana Júlia ainda agradeceu à população de Capanema (PA) que, através da sua Câmara de Vereadores, concedeu-lhe o título de cidadã daquela cidade, na última semana.



Ana Júlia: parlamentares não sabem sobre serviços da empresa norte-americana

Senadores avaliam as quedas de Palocci e de Mattoso

O pedido de demissão de Antonio Palocci do Ministério da Fazenda e as declarações do presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, sobre a quebra de sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa, foram comentados ontem por diversos senadores. Ideli Salvatti, Tião Viana, Magno Malta, Garibaldi Alves e João Alberto Souza exaltaram

as realizações do ex-ministro e lamentaram sua saída. Até mesmo senadores de oposição, como Heráclito Fortes e o líder do PSDB, Arthur Virgílio, declararam considerar que Palocci foi um grande ministro. Virgílio, no entanto, comparou Francenildo ao personagem bíblico Davi, jovem pastor que derrotou o gigante Golias (referência a Palocci e Mattoso).

Outros senadores, como João Batista Motta, Antero Paes de Barros, César Borges e Antonio Carlos Magalhães, fizeram críticas à política econômica de Palocci e aos juros altos que o país enfrenta, afirmaram que o ministro deveria ter sido demitido antes por Lula e disseram lamentar que instituições como a Caixa, os Correios e o Banco do Brasil estejam envolvidas em escândalos.

João Batista Motta



“Querida Palocci demitido por seu neoliberalismo”

Ao comentar o afastamento de Antonio Palocci do Ministério da Fazenda, o senador João Batista Motta (PSDB-ES) disse que gostaria de tê-lo visto perder o cargo já no início do governo Lula, por ter permitido o aprofundamento da política neoliberal no país.

– Querida que ele tivesse sido demitido há dois anos por ter praticado no Brasil os juros mais altos do planeta, por permitir que os bancos do governo cobrem juros acima de 150% ao ano, quando a taxa oficial está em torno de 16% ao ano – afirmou.

O senador responsabilizou Palocci pelo atraso na liberação de recursos para financiamento da safra agrícola deste ano, o que teria levado à paralisação da produção no país.

César Borges



Lula deveria ter substituído Palocci antes

O senador César Borges (PFL-BA) declarou que, “se o presidente Lula tivesse respeito pelas instituições democráticas, já teria demitido Palocci há muito tempo”.

– Não se pode admitir que o presidente diga que não saiba e que não tenha participação em nenhum desses atos – disse.

César Borges ainda questionou o senador Tião Viana (PT-AC): “De que adiantou o senhor propugnar pela suspensão do depoimento do caseiro?”.

Tião Viana respondeu que enviara recurso ao Supremo Tribunal Federal visando “à defesa de direito individual e da vida pessoal [de Antonio Palocci] e para que a CPI dos Bingos se mantivesse sob o manto jurídico constitucional”.

Arthur Virgílio



Episódio mostra que a sociedade é quem manda

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), disse que a demissão de Antonio Palocci do Ministério da Fazenda é um fruto da democracia que Lula colhe hoje, como presidente da República, mas que plantou no seu tempo de metalúrgico e sindicalista.

– O presidente Lula, arrogante, prepotente e omissivo, recebeu uma grande lição do líder sindical Lula, que acabou sendo preso pela ditadura militar, e que agora prova que sua luta pela democracia não foi em vão. Não fosse o estado democrático, quem seria punido até com prisão seria o caseiro Francenildo Santos Costa – assinalou.

Por outro lado, Virgílio lamentou que o Brasil tenha deixado de contar com um ministro que, na sua opinião, “foi um dos maiores ministros da Fazenda que o Brasil já teve”, mas ponderou que a situação de Palocci era insustentável diante das denúncias que pesam contra ele.

– Fica, nisso tudo, a certeza de que quem manda é a sociedade. A sociedade ouve o Congresso; ela é o Francenildo, que é o Davi, que derrotou vários Golias, provando a força da democracia – assinalou.

Antero Paes de Barros



Prisão para Antonio Palocci e Jorge Mattoso

Antero Paes de Barros (PSDB-MT) pediu ontem que o ministro da Fazenda afastado, Antonio Palocci, e o presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, sejam processados e condenados por “invadir o sigilo bancário” do caseiro Francenildo Santos Costa. O senador lembrou que a pena nesses casos é de um a quatro anos de prisão.

A opinião de Antero Paes de Barros foi reforçada pelo senador César Borges (PFL-BA) que, em aparte, informou – com base no site UOL – que Mattoso havia declarado à Polícia Federal ter passado as informações bancárias de Francenildo para Palocci.

Antero Paes de Barros também responsabilizou o presidente Lula pela crise política.

– É isso que dá o Lula fazer de conta que não sabe de nada; que não ouve e que não viu nada – disse.

O senador procurou chamar a atenção para o fato de que Palocci pediu “afastamento” do Ministério da Fazenda, e não demissão. O senador disse acreditar que essa é uma estratégia de Palocci para continuar com foro judicial privilegiado – o Supremo Tribunal Federal.

Magno Malta



Atuação exitosa do ministro merece elogios

Em discurso no Plenário feito ontem, o senador Magno Malta (PL-ES) disse lamentar a saída de Antonio Palocci do Ministério da Fazenda. Ele disse que, apesar de não concordar com a política de juros altos praticada pelo governo, a ação de Palocci como ministro teve êxito e merece elogios.

O parlamentar, no entanto, criticou a quebra de sigilo do caseiro Francenildo Santos Costa, episódio que precipitou a saída do ministro, já que ele é apontado como um dos responsáveis, ao lado do presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso.

O representante do Espírito Santo também elogiou Mattoso, cumprimentando-o pelo trabalho feito na estatal, e dizendo que sua participação na quebra de sigilo deve ter sido um momento de fraqueza.

Em aparte, o senador Tião Viana (PT-AC) afirmou que houve uma ação orquestrada por setores da oposição para derrubar o ministro Antonio Palocci com o objetivo de enfraquecer o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Viana ressaltou, entretanto, que a culpa da saída de Palocci não é da oposição.

João Alberto



Em defesa da atual política econômica

Ao lamentar o afastamento de Antonio Palocci do Ministério da Fazenda, o senador João Alberto Souza (PMDB-MA) manifestou o seu receio de que a mudança desestabilize o governo Luiz Inácio Lula da Silva. Depois de afirmar que o país avançou durante a gestão de Palocci à frente da economia, o parlamentar defendeu a manutenção da atual política econômica.

– Quitamos a dívida com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o dólar caiu da casa dos quatro para a dos dois reais e a inflação hoje está no patamar dos 6%. Além disso, o Brasil registrou diversos avanços na área social e no combate à fome. O salário mínimo ultrapassou em muito os 100 dólares, que era reivindicação antiga de diversos parlamentares. A imagem e o respeito ao país também cresceram internacionalmente – afirmou João Alberto.

O senador pelo Maranhão também criticou o governador do seu estado, José Reinaldo Tavares, por ter antecipado que não pagará ao funcionalismo público o salário mínimo de R\$ 350. O governador Reinaldo Tavares teria informado que só pagaria R\$ 320.

Palocci disse que chegara ao limite

Tião Viana (PT-AC) disse ter recebido telefonema de Palocci, em que este ponderou que tinha “chegado ao limite do desgaste político” e, por isso, acabara de deixar o cargo de ministro.

– Palocci me disse que está com a consciência tranquila e que fez tudo para que a política não afetasse a economia – afirmou Tião Viana.

Tião Viana



Caseiro será ouvido na Corregedoria do Senado

A assessoria do corregedor do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), informou que o caseiro Francenildo Santos Costa, o Nildo, será ouvido hoje, a partir das 18h, pela Corregedoria Parlamentar. A petição solicitando que o caseiro seja ouvido, para prestar esclarecimentos sobre suas

visitas ao Senado, foi protocolada pelo senador Almeida Lima (PSDB-SE) na última terça-feira.

Na quarta-feira, Almeida Lima manifestou, em Plenário, estranheza com notícia de que havia sido acolhido requerimento da líder do PT, Ideli Salvatti (SC), pedindo que as fitas de vídeo da Casa fossem

analisadas visando descobrir com quais senadores Francenildo manteve contato antes de prestar depoimento à CPI dos Bingos. Diante da informação da Mesa de que o requerimento havia sido retirado pela senadora, Almeida Lima anunciou que iria solicitar o comparecimento do caseiro à Corregedoria.



Fotos: Roosevelt Pinheiro

Projeto de Simon determina que matéria deve integrar formação dos profissionais da educação

Simon defende aulas de ética no ensino básico

Pedro Simon (PMDB-RS) quer instituir, nos ensinamentos fundamental e médio, conteúdo curricular dedicado ao desenvolvimento dos valores da ética e da cidadania. É a segunda vez que o senador apresenta esse projeto, já arquivado uma vez, na tentativa de romper com a visão de que a escola de nível básico somente deve transmitir conhecimentos úteis para a vida profissional ou acadêmica dos alunos. O projeto aguarda designação de relator na Comissão de Educação (CE).

O novo componente curricular proposto por Simon deve observar a difusão de valores de convívio social e de respeito ao bem comum e à ordem democrática e incluir estudo dos direitos e deveres do cidadão, a defesa do pluralismo, a rejeição de qualquer forma de preconceito ou discriminação e o estímulo à ação comunitária.

O projeto estabelece que os sistemas de ensino decidirão sobre a carga horária, tarefa que poderá também ser cumprida mediante a realização de visitas, conferências, palestras ou outras programações que contribuam para a formação ética e cívica dos alunos.

A proposição do representante do Rio Grande do Sul prevê ainda a inclusão desse componente na base curricular dos cursos de formação dos profissionais da educação e estabelece que o Conselho Nacional de Educação deverá fixar diretrizes para que o estudo de ética e cidadania seja incluído nos cursos de licenciatura, educação superior, curso normal superior e curso normal de nível médio.

Mão Santa



“Perseguição a um trabalhador honesto”

O senador Mão Santa (PMDB-PI) lamentou a notícia de que o caseiro Francenildo Santos Costa, o Nildo, estaria avaliando a possibilidade de sair do Brasil. A informação foi veiculada pelo jornal piauiense *Meio Norte*, com o título “Mães choram ida de caseiro Francenildo para fora do país”. A matéria se refere à mãe e à avó de Francenildo.

– Isso é uma vergonha! Francenildo quer ir embora porque nunca pensou que fosse sofrer tanta humilhação e perseguição.

Mão Santa afirmou que o governo Lula “está perseguindo um trabalhador honesto” e garantiu que vai colaborar para que Francenildo não precise deixar o Brasil.

Em aparte, o senador Osmar Dias (PDT-PR) comentou que a quebra ilegal do sigilo bancário do caseiro é “tão vergonhosa quanto a dança” da deputada Ângela Guadagnin (PT-SP) no Plenário da Câmara. Também apartando, o líder da Minoria, José Jorge (PFL-PE), disse que, depois do mensalão, a violação do sigilo de Francenildo Costa é o episódio mais grave envolvendo o governo, “entre tantos outros fatos graves”.

Ideli Salvatti



Economia do país avançou em três anos de trabalho

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), afirmou que o ex-ministro Antonio Palocci merece o respeito do povo brasileiro, pelos resultados concretos que apresentou em seus mais de três anos de trabalho.

– Pegamos o Brasil em situação crítica, com risco país, dólar, inflação e desemprego altíssimos. Hoje, algumas pessoas podem desprezar o que Palocci fez, mas quem assa o pão em casa e pode comprar o pacote de farinha pela metade do preço reconhece seu valor.

Ideli informou que conversou com Palocci logo após ele ter manifestado ao presidente Lula a disposição de deixar o cargo. O ex-ministro, segundo a senadora, estava tranquilo e lhe solicitara que expressasse aos parlamentares sua gratidão pelo apoio recebido da maioria deles.

– A verdade vai aparecer. Só espero que seja a tempo, para que se faça justiça a um homem que tanto contribuiu para a dignidade da população brasileira.

Em aparte, Tião Viana (PT-AC) também externou respeito pelo ex-ministro, que, segundo o parlamentar, exerceu papel fundamental na “mudança da vida institucional do país”.

Garibaldi Alves



“Situação do ministro era insustentável”

Ao comentar o afastamento de Antonio Palocci do Ministério da Fazenda, o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) declarou que “essa foi uma saída anunciada, já que a situação do ministro era insustentável”. Garibaldi é o relator da CPI dos Bingos.

– De guardião da estabilidade, Palocci se transformara no responsável por dias de intranquilidade no governo – disse o senador.

Garibaldi defendeu a CPI das acusações de que seus membros seriam tendenciosos e estavam tentando derrubar o ministro da Fazenda.

Segundo o parlamentar, milhares de testemunhas, incluindo os que assistem às sessões da CPI dos Bingos pela televisão, podem lembrar como Palocci foi tratado na comissão.

Para Garibaldi, seria injustiça negar os resultados da política econômica empreendida por Palocci.

– Temos de dizer, infelizmente, que o ministro foi atropelado por determinados fatos que não lhe deixaram alternativa. Daí por que deixo essas palavras em nome da CPI dos Bingos, já que o presidente Efraim Morais (PFL-PB) se encontra viajando da Paraíba para Brasília – enfatizou.

Heráclito Fortes



Ação de maus amigos levou à demissão

Ao comentar revelação que pode incriminar o ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci, feita pelo presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, durante o depoimento prestado ontem à Polícia Federal (PF), o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) declarou lamentar que Palocci tenha sido demitido por ação “de maus amigos”.

Jorge Mattoso confessou, no depoimento à Polícia Federal, ter entregue o extrato da conta bancária do caseiro Francenildo Santos Costa, na noite do dia 16, nas mãos do ministro demissionário.

– É lamentável que um homem que prestou tantos serviços à economia brasileira ao longo de três anos e meio tenha sido derrubado por maus amigos que o cercaram no governo – considerou o parlamentar piauiense.

Em aparte, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) sustentou que o presidente da Caixa Econômica Federal foi responsável, tanto quanto o ministro da Fazenda, pelo crime da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa, uma vez que deveria ter se negado a entregar o extrato que lhe fora solicitado.

Antonio Carlos



Escândalo afetou a credibilidade de instituições

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse lamentar o envolvimento de instituições brasileiras como a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e os Correios com os escândalos investigados pelas comissões parlamentares de inquérito em atividade no Congresso. O senador responsabilizou o Partido dos Trabalhadores e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela perda de credibilidade dessas instituições.

– Hoje essas instituições são casas saqueadas e de má fama.

Antonio Carlos observou que será difícil quantificar os valores que teriam sido desviados da administração pública durante o governo do PT e estimou que os cofres públicos demorarão a ser ressarcidos.

O senador manifestou preocupação com a demora nos resultados da auditoria do Tribunal de Contas da União sobre os gastos do Cerimonial da Presidência da República.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) anunciou, em aparte, que *blogs* já noticiavam o pedido de afastamento de Palocci. Tasso Jereissati (PSDB-CE) disse que Palocci deve ser responsabilizado penalmente pela quebra de sigilo do caseiro.

Presidente do Senado destaca a formação do novo ministro da Fazenda e lembra atuação de Palocci, que gerou estabilidade econômica e ampliação de investimentos

Renan espera que Mantega crie condições para redução de juros

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou ontem que o nome de Guido Mantega para o Ministério da Fazenda, em substituição a Antonio Palocci, “é uma escolha pessoal do presidente da República”, assinalando que Mantega é um economista respeitável e tem forte formação sociológica.

– Seria muito bom se ele puder criar condições para reduzir os juros, manter o equilíbrio das contas públicas, acertar a mão no câmbio, avançar nos investimentos que são fundamentais para o desenvolvimento e para o crescimento da economia – ressaltou.

Na opinião de Renan, a saída de Palocci foi decorrente de “fogo amigo brando”, mas, acrescentou, é importante lembrar o papel do ex-ministro na estabilidade da economia e na criação de condições para que o Brasil fosse um



Para Renan, Palocci não saiu “por incompetência e sim vítima de fogo amigo brando”

porto seguro para investimentos estrangeiros.

– O ministro não está saindo por incompetência ou por falta de habilidade. Está saindo em consequência de um fogo amigo brando, que acabou chegando onde chegou – disse.

Para o presidente do Sena-

do, é prematuro fazer qualquer avaliação sobre o impacto que a demissão de Palocci pode ter na candidatura à reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

– É importante deixar a poeira assentar para realmente sentir qual é a repercussão – concluiu.

Vice-presidenta da Caixa fala à CPI dos Bingos

A Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos agendou para hoje, a partir das 10h30, a oitava da vice-presidenta de Tecnologia da Caixa Econômica Federal, Clarice Coppetti. Após o depoimento de Clarice, deve ocorrer a acareação entre o presidente nacional do Sebrae, Paulo Okamoto, e o ex-petista Paulo de Tarso Venceslau.

Venceslau atuou como secretário de Finanças na prefeitura de Campinas (SP), na gestão de Jacob Bitar (1989/92), e de São José dos Campos (SP), no mandato da prefeita Ângela Guadagnin (1993/96). Ele afirmou à imprensa que Paulo Okamoto praticava tráfico de influência em prefeituras petistas.

Já a vice-presidenta de Tecnologia da Caixa, além de prestar esclarecimentos sobre a violação de dados bancários sigilosos do caseiro Francenildo Santos Costa, terá de explicar a contratação,

pela estatal, de 25 mil terminais de computadores da empresa Diebold Procomp, suspeita de envolvimento nas negociações e tratativas durante a renovação do contrato entre a Caixa e a multinacional GTech.



Comissão de inquérito também promove acareação entre Okamoto e Paulo de Tarso Venceslau

Ideli: denúncia sobre o Nossa Caixa deve ser apurada

Ideli Salvatti (SC), líder do PT, estranhou a ausência de comentários no Senado sobre denúncia publicada domingo pelo jornal *Folha de S. Paulo*, quanto ao suposto favorecimento de aliados do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), por verbas de publici-

dade do banco estatal paulista Nossa Caixa. Na opinião da senadora, essa acusação tem o mesmo grau de importância que o episódio da violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa por funcionário da Caixa Econômica Federal.

Ideli defendeu a investigação

e punição dos responsáveis pela divulgação ilegal dos dados bancários do caseiro, mas observou que o caso Nossa Caixa também não pode passar como uma questão restrita a São Paulo. A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) expressou o mesmo ponto de vista.



Texto de Azeredo prevê que deficiente tenha seguro-desemprego por mais tempo



Cabral propõe isenção de taxas em conta bancária de pessoas com mais de 70 anos

Senado envia à Câmara propostas que beneficiam deficientes e idosos

O Senado encaminhou ontem à Câmara dois projetos que beneficiam portadores de deficiência física desempregados e idosos. Como as matérias não receberam recurso para discussão e votação em Plenário, foram mantidos os pareceres aprovados em decisão terminativa, no ano passado, pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

A CAS endossou o texto original do projeto do Senado (PLS 127/04) que amplia o período de recebimento do seguro-desemprego pelo trabalhador com deficiência física. De autoria do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), a proposta estende esse período de quatro para seis meses.

Modificado pela CDH por três emendas, o outro projeto de lei

do Senado (PLS 173/04) enviado à Câmara isenta da cobrança de taxas as contas bancárias de pessoas com mais de 60 anos que recebam um salário mínimo de aposentadoria da Previdência Social. Uma das mudanças feitas na comissão também garante esse benefício aos cidadãos maiores de 70 anos, independentemente do valor ou da origem de seus proventos. A proposta foi apresentada pelo senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ).

Embora a rotina de votações no Senado tenha sido interrompida por medidas provisórias (MPs) com prazo de validade vencido, o envio dessas matérias à Câmara foi possível pelo fato de as mesmas terem chegado à Mesa do Senado antes do trancamento da pauta de deliberações.

Raupp propõe mudança na norma sobre impenhorabilidade de imóvel

Valdir Raupp (PMDB-RO) quer alterar a Lei 8.009/90, que trata da impenhorabilidade do imóvel em que reside uma família, para estender essa proteção, por seis meses, aos valores obtidos com a alienação desse imóvel quando destinados à aquisição de outra moradia. Sua proposta receberá decisão terminativa na Comissão de Justiça (CCJ).

Na justificativa do projeto (PLS 60/06), o parlamentar diz que, ao proteger o bem imobiliário que constitui a única moradia da família, a lei deve proteger também o produto da venda desse imóvel quando se destine à aquisição de outro, no período de seis meses.

– Essa proteção, conferida pelo Estado à família, não deve ser vulnerada por transições. Hoje, porém, se uma família vende o imóvel único onde reside, para adquirir outro, finda-se a proteção da lei e permite-se a penhora do produto da venda – explica.

Isso acontece, informa, em razão do limite estabelecido pela própria lei, que não estende a impenhorabilidade ao produto da venda do imóvel residencial.



Raupp quer manter proteção em caso de venda de moradia para compra de outra

Ou seja, para a lei, o imóvel tido como bem de família é impenhorável, mas o dinheiro obtido com sua venda, não. “Sobre ele, a lei se cala, ainda que se destine à aquisição de outro imóvel, com a mesma finalidade”, observa.

Raupp argumenta que o espírito da lei deve ser o de garantir que o Estado conceda proteção à família, e não a sua perenização em determinado imóvel, pois o foco de interesse não é o imóvel, mas a família. O senador entende que a ampliação da proteção, por seis meses, ao produto da venda da moradia concede um prazo razoável para que se conclua a aquisição da nova casa.



Roosevelt Pinheiro

Desemprego tem facilitado a cooptação de jovens e adultos da Paraíba, afirma Suassuna

Suassuna alerta para aumento do trabalho escravo

A carência de empregos na região nordestina está provocando o crescimento no número de adultos e adolescentes cooptados pelo trabalho escravo. O alerta foi feito pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que leu matéria publicada na edição de ontem do *Jornal da Paraíba*.

Segundo a reportagem, os principais destinos das pessoas levadas para trabalhar como escravos são regiões agrícolas como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Minas Gerais. O jornal acrescenta que mesmo áreas afastadas, de estados vizinhos à Paraíba, como regiões do Rio Grande do Norte, estão recebendo os paraibanos.

Suassuna informou que em janeiro passado dois menores do município de Caapora, a 55 quilômetros de João Pessoa, foram levados para trabalhar como catadores de caranguejo na ilha de Imburanas, no município de Macau (RN), a 180 quilômetros de Natal. Os dois adolescentes foram seduzidos por uma proposta de receber R\$ 200 por 24 dias de trabalho.

Exploração

De acordo com a reportagem, os menores tinham uma jornada de trabalho de aproximadamente 80 horas semanais e dormiam em camas feitas com varas improvisadas no meio do mangue. No depoimento que prestou ao Ministério Público do Trabalho, um dos rapazes contou que eles não tinham água potável no local de trabalho e precisavam andar muito para conseguir água limpa.

Em seu pronunciamento, Suassuna cobrou medidas que gerem mais empregos no Nordeste.

Representantes da Associação Brasileira de Produtores de Frango, do Ministério da Agricultura e da Fundação Oswaldo Cruz participam hoje de audiência conjunta promovida pela CDH e CAS

Especialistas discutem impacto econômico do medo da gripe aviária

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza hoje audiência pública conjunta com a Subcomissão de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para dar continuidade ao debate sobre os riscos de disseminação da gripe aviária e os efeitos econômicos que o temor a essa doença já provoca no Brasil, mesmo sem registro do vírus no país.

O presidente-executivo da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango (Abef), Ricardo Gonçalves, participará do debate. Foram convidados o secretário-executivo do Ministério da Saúde, José Agenor Álvares; o diretor do Departamento de Saúde Animal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Jamil Gomes de Souza; além do presidente da Fundação Oswaldo Cruz, Paulo Marchiori Buss.

As discussões sobre a propagação do vírus causador da gripe aviária fo-

ram iniciadas na última quarta-feira, quando as duas comissões ouviram o depoimento do secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Jarbas Barbosa da Silva Júnior. Ele informou que o Brasil será o primeiro país em desenvolvimento a ter uma fábrica para a produção da vacina contra a doença. Inicialmente serão fabricadas 20 mil doses da vacina contra o H5N1.

A segunda reunião abordará as consequências que o temor à chegada da doença ao país tem trazido para a economia brasileira. O medo da doença, segundo informações do Ministério da Saúde, já provoca prejuízo, resultado da redução no consumo de frango.

Precaução

Esse vírus não é, até o momento, transmitido entre os seres humanos. De acordo com informações do representante do Ministério da Saúde, que participou da última audiência, o Brasil adquiriu 9 milhões de doses do antiviral Tamiflu, medicamento

que será utilizado, se necessário, até haver a vacina definitiva, de produção local. Também foi ampliada a vigilância epidemiológica a fim de identificar os subtipos do vírus que circulam no país.

Jarbas Barbosa informou que, pelo fato de o vírus não ter adquirido ainda a capacidade de transmissão entre humanos, o Brasil corre menos riscos, já que não está localizado nas rotas regulares de aves migratórias provenientes da Ásia e da África, onde foi registrada a maioria dos casos da doença.

O secretário do Ministério da Saúde comentou ainda que, se a gripe aviária entrar por aves migratórias no Brasil, a maior possibilidade é de que seja pela rota das aves provenientes do Canadá e dos Estados Unidos, países que têm mais recursos para reagir e combater a propagação do vírus. A principal forma de combate, explicou, é a eliminação dos animais na área contaminada.

Dirigentes da PF e do Serpro falam sobre novo passaporte

Célio Azevedo

As razões da adoção de um novo passaporte no Brasil serão explicadas hoje pelo diretor-geral da Polícia Federal (PF), Paulo Lacerda, em audiência na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). O presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), Wagner Quirici, também participará do debate, para informar sobre a nova tecnologia do passaporte brasileiro, desenvolvida pela instituição.

Lacerda deve informar que a mudança é resultado da pressão internacional a partir de 11 de setembro de 2001, quando houve a série de atentados terroristas nos Estados Unidos. Devido à diversidade racial do país, o passaporte brasileiro é um dos mais cobijados no mercado da fraude.

As inovações de segurança do novo passaporte impedirão falsificações, prevê a Polícia Federal. As mudanças visam dar maior tranquilidade aos brasileiros residentes no exterior ou que estejam em viagem, de acordo com informações da Polícia Federal.

O novo passaporte terá a cor azul, seguindo o padrão estabelecido pelo Mercosul, e contará com 16 novos itens de segurança.



Uma das propostas em discussão na CRA possibilita a abertura de capital pelas cooperativas

Comissão de Agricultura analisa projetos que normatizam sistema cooperativista

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) se reúne amanhã para votar o projeto de Osmar Dias (PDT-PR) que normatiza o sistema cooperativista nacional, possibilitando às cooperativas abrir seu capital, mediante a emissão, autorizada por assembleia geral, de certificados de aporte de capital.

Na justificativa da proposta (PLS 171/99), Osmar afirma que os compradores desses papéis não obteriam a condição de associados, mas uma remuneração sobre os ganhos do negócio efetuado. O texto prevê ainda a participação de não-sócios nas atividades de interesse das cooperativas.

O senador pretende regulamentar o mandamento constitucional que acaba com a tutela do Estado sobre

as cooperativas e tornar as regras para o setor mais modernas e condizentes com as normas vigentes em outros países. Seu projeto dá uma definição mais ampla para o ato cooperativo, levando em conta que a Constituição garante tratamento tributário próprio a essa atividade

Relator da matéria, Demostenes Torres (PFL-GO) apresentou parecer pela aprovação do projeto, com uma única emenda de ordem técnica.

Na mesma reunião, a CRA examina dois outros projetos estabelecendo regras gerais para o sistema cooperativista, do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e do então senador José Fogaça. Relator também das duas propostas, Demostenes apresentou pareceres pela rejeição de ambas.



Roosevelt Pinheiro

Para Osmar Dias, aumento das taxas de desemprego demonstra erro da política econômica

Osmar cobra mudanças na economia

O fraco crescimento da economia brasileira foi ontem tema de discurso do senador Osmar Dias (PDT-PR). Como indicativos de mau desempenho, ele citou a alta do desemprego registrada em fevereiro e o baixo crescimento do produto interno bruto (PIB) relativamente a outros países. Osmar declarou também que o governo federal "precisa mudar sua política econômica, para gerar mais empregos, e combater a corrupção, que traz prejuízos enormes para os cofres públicos brasileiros".

Segundo o parlamentar, o PIB brasileiro cresceu 22% nos últimos dez anos, enquanto o PIB mundial aumentou 45% no mesmo período. Ele afirmou ainda que a média do crescimento anual da China, Rússia e Índia, nos últimos dez anos, foi de 7,7%, 4,3% e 4,4%, respectivamente. Já a do Brasil, disse, foi de 2,6%.

— A população está se descapitalizando e empobrecendo — frisou.

Desemprego

O senador comentou ainda informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de que a taxa de desemprego medida nas seis principais regiões metropolitanas do país subiu de 9,2% em janeiro para 10,1% em fevereiro.

Osmar também citou um estudo que explicaria as razões do baixo crescimento econômico brasileiro: altas taxas de juros; falta de competência gerencial; corrupção; e captação pelo Estado da maior parte dos recursos disponíveis no mercado (o que reduz o volume de recursos que poderia ser utilizado pelo setor privado em investimentos produtivos).



Marco Maciel lembra a comemoração dos 80 anos da Semana Regionalista do Recife

Maciel elogia publicação sobre o sociólogo Gilberto Freyre

O senador Marco Maciel (PFL-PE) elogiou ontem, em Plenário, a obra *Gilberto Freyre: um vitoriano dos trópicos*, de autoria de Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke, professora da Universidade de Cambridge, na Inglaterra. Ele lembrou que em 2006 se comemoram os 80 anos da Semana Regionalista, promovida pelo sociólogo, na cidade do

Recife, em 1926,

Segundo o senador, a professora descreve a influência intelectual inglesa sofrida por Freyre, quando este fazia curso de doutorado em Oxford. Maciel observou que o sociólogo desistiu da conclusão do curso para voltar ao país, a fim de produzir sua obra, que, até hoje, é ponto de referência. Antes, Freyre foi in-

fluenciado pelos Estados Unidos, ao cursar bacharelado na Universidade de Baylor e mestrado na de Columbia, assinalou.

– Gilberto Freyre, vindo de estudos universitários realizados nos EUA e na Inglaterra, passou a escrever artigos para o *Diário de Pernambuco*, nos quais analisava a realidade brasileira e nordestina, compreendendo então que as

idéias estrangeiras precisavam ser reeducadas, para não serem apenas inviáveis imitações. Daí lhe surgiu a idéia de realizar a Semana Regionalista do Recife, reunindo não só escritores, mas também pintores, cientistas sociais e jornalistas, estendendo suas preocupações até à alimentação e aos trajés, passando pelo urbanismo e arquitetura.

Paim comemora recursos para obras em rodovias gaúchas

Paulo Paim (PT-RS) relatou, em discurso no Plenário, visita que fez na última semana ao Rio Grande do Sul, na companhia da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, e dos ministros dos Transportes, Alfredo Nascimento, e do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto.

O senador comemorou o anúncio, feito na ocasião, da destinação de recursos para as rodovias gaúchas. Segundo Paim, até o fim de 2008 deverá ser duplicado o trecho da BR-101 que corta o estado, e até dezembro deste ano estará concluída a BR-448. Ele afirmou que as duas obras trarão grandes benefícios para o Rio Grande do Sul.

Economia

De acordo com Paulo Paim, a duplicação da BR-101, rodovia que liga Tavares (RS) a Touros (RN), atravessando 12 estados, está orçada em R\$ 1,5 bilhão, sendo R\$ 300 milhões só para o trecho que vai do estado do Rio Grande do Sul a Santa Catarina. As obras que estão sendo realizadas em dois túneis, entre os quilômetros 84 e 90, devem reduzir em 11 quilômetros o trajeto da rodovia.

Conforme o parlamentar gaúcho, a construção da rodovia BR-448 vai proporcionar melhoria ao trânsito na BR-116. O projeto daquela estrada, no entanto, segundo informou, deve passar ainda por estudos de impacto ambiental.



Obras trarão grandes benefícios ao Rio Grande do Sul, ressalta Paim

Senador afirma que, com o uso de medicamentos oferecidos pelo programa do governo federal, a despesa mensal do tratamento de diabetes, em média de R\$ 110, cai para apenas R\$ 11

Viana: remédios do Farmácia Popular chegam às drogarias

O senador Tião Viana (PT-AC) informou que o governo decidiu mudar o programa Farmácia Popular, cujos medicamentos também serão vendidos por drogarias comuns, que terão um boxê só com esses remédios.

Segundo o senador, oito de cada dez medicamentos vendidos pelo Farmácia Popular são destinados ao tratamento de diabetes e hipertensão, doenças que matam mais de 60 mil brasileiros por ano. Um tratamento mensal de diabetes custa, em média, R\$ 110, mas os mesmos remédios do programa do governo podem ser comprados por apenas R\$ 11.

Com a mudança no programa,



Tião Viana diz que o programa passará a contar com 1.800 pontos de venda no país

conforme Tião Viana, as 500 farmácias populares iniciais serão transformadas em breve em 1.800 pontos de venda. O senador

Fotos: Roosevelt Pinheiro

destacou ainda que os gastos do Ministério da Saúde com remédios passaram, no governo Lula, de R\$ 1,9 bilhão para R\$ 4 bilhões por ano.

Para mostrar a importância do Farmácia Popular, Tião Viana informou que, de cada cem pessoas que começam tratamentos de longo prazo no Brasil, 51 abandonam o tratamento no meio do caminho, principalmente por causa do seu alto custo. Em aparte, a senadora Ideli Salvati (PT-SC) afirmou ter participado, no fim de semana, da inauguração de mais uma Farmácia Popular em Santa Catarina, seu estado, que agora possui 16 unidades do programa.

Papaléo cobra verba para combate ao tráfico e recuperação de viciados

Ao destacar ontem, em discurso no Plenário, estudo promovido pelo Programa de Orientação e Atendimento a Dependentes da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), o senador Papaléo Paes (PSDB-AP) cobrou a ampliação dos investimentos oficiais no combate ao tráfico de cocaína e na recuperação de dependentes.

De acordo com a pesquisa da Unifesp, realizada com 30 usuários de cocaína, a droga traz efeitos devastadores para o organismo. Entre as maiores consequências do seu uso continuado estão complicações cardiovasculares e neurológicas graves. O efeito vasoconstritor que ela provoca, conforme assi-

nalou, afeta também diretamente as artérias que irrigam o cérebro, aumentando a probabilidade da ocorrência de derrame cerebral.

– Segundo o professor Dartiu Xavier da Silveira, coordenador do estudo, danos causados ao lobo frontal explicam ainda comportamentos muito comuns entre os viciados, como mudanças repentinas de humor e surtos de agressividade. Isso pode explicar a violência no meio. Além disso, os danos são irreparáveis, sendo detectados mesmo após a abstinência prolongada – enfatizou Papaléo Paes.

Ressaltando a importância desse estudo para a ciência, Papaléo Paes disse que o Estado deve se fazer cada vez mais presente nos



Papaléo afirma que só os ricos podem bancar custos cobrados por clínicas

morros e nas favelas. Acrescentou que é também necessário concentrar-se na promoção da assistência social, uma vez que o país contabiliza cerca de 180 mil dependentes de cocaína.

– Não é possível que a reabilitação do jovem para a vida em sociedade só esteja ao alcance dos mais ricos, capazes de bancar, a peso de ouro, os tratamentos de recuperação em clínicas caríssimas – advertiu o parlamentar.



José Jorge ameaça convocar Gabrielli a CPI caso não compareça a audiência

José Jorge exige explicações sobre gastos da Petrobras

O líder da Minoria, José Jorge (PFL-PE), pediu o empenho do senador Tião Viana (PT-AC), que dirigia a sessão, no sentido de garantir o comparecimento do presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli, a audiência conjunta das Comissões de Infra-Estrutura (CI) e de Educação (CE).

José Jorge informou que o dirigente da estatal deve prestar esclarecimentos sobre a auto-suficiência do Brasil em petróleo e as irregularidades apontadas por auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) em contrato com a empresa GDK Engenharia.

José Jorge ameaçou convocar Gabrielli para comparecer à CPI dos Bingos, ou propor nova comissão parlamentar de inquérito para tratar das questões relativas à Petrobras, caso o presidente da empresa não venha ao Senado espontaneamente.

O parlamentar acrescentou que a CE quer esclarecer os gastos de R\$ 37,4 milhões na campanha publicitária sobre a auto-suficiência em petróleo. Questionou também o fato de a campanha ter sido encomendada a Duda Mendonça, que confessou ter recebido R\$ 10,5 milhões do caixa dois do Partido dos Trabalhadores.

Em aparte, a líder do PT, Ideli Salvati (PT-SC), comentou matérias positivas publicadas nos jornais sobre a Petrobras, como a valorização de R\$ 146 bilhões na Bolsa de Valores.